

PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

AGENTE DE TESOUREARIA I

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **10**.

A nossa democracia é laica, mas nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. Queremos benefícios sem custos (e quem em sã consciência não quereria?).

Exigimos que seja assim. Os custos não de ser empurrados para algum momento indeterminado do futuro e cair sobre as costas de alguma entidade benévola não especificada, sem machucar ninguém. Algum dia alguém dá algum jeito e fica tudo certo. Deus resolve.

A maioria dos brasileiros concorda com o controle de preço do diesel, e quer ainda o controle de preço da gasolina e do gás natural. Só não aceita ter que pagar a conta. A Petrobras que tenha um prejuízo. E quem vai cobri-lo? O Tesouro, essa entidade superior e fonte de riquezas.

Não é um caso isolado. Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência, sem nunca especificar quem vai ficar com a conta; essa fica para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. Há quem diga, inclusive, que o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação; multiplicação milagrosa dos pães.

Essa é a lógica que governa o Brasil desde 1500, consagrada na Constituição de 1988, tão pródiga em direitos para todo mundo. O direito é a manifestação do *fiat** divino entre os homens: uma obrigação incondicional que a realidade – alguém – terá de dar algum jeito de cumprir.

O problema é que acabou o “milagre econômico” – um crescimento acelerado e sem causas conhecidas, que ocorre apesar de todas as deficiências e entraves, esses sim muito bem conhecidos. Deus parece ter conseguido o *green card*** e nos abandonou.

O que fazer? Uma alternativa é seguir confiando na intervenção divina até o fim, deixando o ajuste ao deus-dará. A corda estoura para o lado mais fraco, e voltamos ao caos primordial. A outra é ser impiedoso e olhar para a realidade com olhos de descrença.

Para que alguns continuem ganhando, pessoas de carne e osso terão que pagar. E aí sim poderemos responder à pergunta que o Brasil é mestre em evitar: quem?

O problema é que para as escamas caírem de nossos olhos também será necessário um milagre...

(Joel Pinheiro da Fonseca, *Folha de S.Paulo*, 12.06.2018. Adaptado)

**fiat*: do latim, faça-se, haja; referência à frase bíblica: “faça-se a luz”.

** *green card*: cartão de residência permanente nos EUA.

- 01.** Segundo o texto, a ideia contida na expressão “Deus resolve” corresponde à propensão dos brasileiros para
- (A) dedicar-se a combater excessos de despesas, evitando prejuízos indesejáveis.
 - (B) enfrentar problemas financeiros, mesmo que pareçam de difícil solução.
 - (C) ter os interesses atendidos, sem preocupação com as obrigações decorrentes.
 - (D) atribuir a outrem a responsabilidade pelo surgimento de problemas difíceis de resolver.
 - (E) apostar na intervenção de outros países no enfrentamento de questões socioeconômicas.
- 02.** O desenvolvimento das ideias do texto permite apontar, como um título que contraria a ideia de que “Deus resolve” e compatível com o ponto de vista do autor, a **negação** da seguinte máxima popular:
- (A) Deus é brasileiro.
 - (B) A esperança é a última que morre.
 - (C) Deus ajuda a quem cedo madruga.
 - (D) Devagar se vai ao longe.
 - (E) A voz do povo é a voz de Deus.
- 03.** Associando-se as afirmações contidas no penúltimo e no último parágrafo, é correto afirmar que, no último, o autor se vale de expressão em sentido
- (A) figurado, para defender a ideia de que é melhor ocultar o fato de que a conta de benefícios concedidos a uns poucos deva caber a muitos outros.
 - (B) figurado, para afirmar a descrença na possibilidade de o brasileiro conscientizar-se de que é inevitável a população arcar com o ônus de concessões feitas a alguns.
 - (C) figurado, para assegurar que o brasileiro precisa ver os efeitos de medidas econômicas tomadas sem amparo na constituição de 1988, contrariando, pois, direitos de todos.
 - (D) próprio, para levar o leitor a perceber que milagres econômicos não se repetem e que é preciso que o enfrentamento da realidade seja assumido sem medo.
 - (E) próprio, para contradizer a ideia de que o país atravessa uma fase de crise econômica, que o impede de ver as necessidades reais da parcela mais pobre da população.

04. Considere as expressões destacadas nas passagens:

- Exigimos que seja **assim**. (2º parágrafo) /
- ... **multiplicação milagrosa dos pães**. (4º parágrafo) /
- E **aí** sim... (penúltimo parágrafo)

Elas retomam, correta e respectivamente, as seguintes informações do texto:

- (A) • ... e quem em **sã** consciência não quereria? /
• ... essa fica para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. /
• Para que alguns continuem ganhando...
- (B) • Queremos benefícios sem custos... /
• ... o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação... /
• ... pessoas de carne e osso terão que pagar.
- (C) • ... nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. /
• ... o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação... /
• Para que alguns continuem ganhando.
- (D) • ... e quem em **sã** consciência não quereria? /
• Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência...
• ... pessoas de carne e osso terão que pagar.
- (E) • Queremos benefícios sem custos... /
• Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência... /
• ... poderemos responder à pergunta que o Brasil é mestre em evitar: quem?

05. No primeiro parágrafo, o emprego do travessão duplo e dos parênteses cumpre a finalidade de intercalar comentários do autor que expressam, respectivamente,

- (A) certeza e finalidade.
(B) possibilidade e incerteza.
(C) advertência e convicção.
(D) discordância e hipótese.
(E) convicção e suposição.

06. As expressões destacadas nas passagens – A nossa democracia é **laica** ... / ... Constituição de 1988, tão **pródiga** em direitos para todo mundo. – têm sentido, correta e respectivamente, de:

- (A) desvinculada do mundo profano / generosa.
(B) associada ao mundo civil / concentrada.
(C) consagrada à religiosidade / concessiva.
(D) independente de confissão religiosa / profusa.
(E) dependente de oligarquias / permissiva.

07. Assinale a alternativa que apresenta o verbo conjugado no modo subjuntivo, dando sequência correta à frase – Talvez ...

- (A) Deus resolvia.
(B) algum dia alguém dava um jeito.
(C) queiramos benefícios sem custos.
(D) a maioria dos brasileiros concorda.
(E) poderíamos responder à pergunta.

08. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância e de regência verbal.

- (A) Pode haver alguns brasileiros que discordem de que se devam controlar os preços do diesel.
(B) Duvida-se que hajam brasileiros que antipatize com a ideia de que se possa controlar os preços do diesel.
(C) Existe aqueles que não consentem de que se estabeleça regras para controle do preço do diesel.
(D) Mais de um brasileiro adere da ideia de haverem mecanismos de controle do preço do diesel.
(E) Ainda não se identificou brasileiros que se manifeste contra a ideia de controle dos preços do diesel.

09. Nas passagens – A nossa democracia é laica, (I) **mas** nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. / (II) **Para que** alguns continuem ganhando, pessoas de carne e osso terão que pagar.– as expressões destacadas estabelecem, entre as afirmações a que se vinculam, relações de sentido de

- (A) (I) adição, sendo possível sua substituição por **também**; (II) modo, sendo possível sua substituição por **mesmo que**.
(B) (I) conclusão, sendo possível sua substituição por **contanto que**; (II) finalidade, sendo possível sua substituição por **até que**.
(C) (I) alternância, sendo possível sua substituição por **ou**; (II) modo, sendo possível sua substituição por **de maneira que**.
(D) (I) explicação, sendo possível sua substituição por **pois**; (II) adição, sendo possível sua substituição por **também que**.
(E) (I) oposição, sendo possível sua substituição por **entretanto**; (II) finalidade, sendo possível sua substituição por **a fim de que**.

10. Assinale a alternativa que preenche as lacunas do trecho adaptado, de acordo com a norma-padrão de colocação de pronomes e de emprego do sinal de crase.

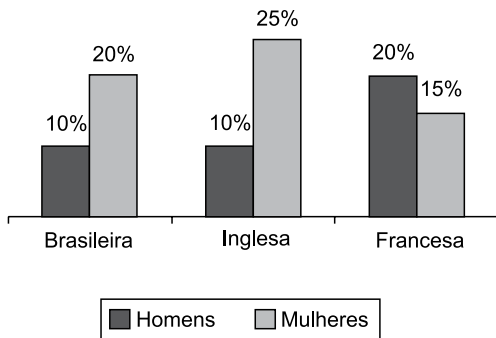
Nunca _____ de um caso isolado. _____ por mais gasto para causas e setores de preferência, sem nunca especificar _____ quem cabia a conta; essa ficava para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. Geralmente _____ que, com o aumento de gastos, _____ pretendida arrecadação.

- (A) se tratava ... Se pedia ... à ... acreditava-se ... se chegaria a
(B) tratava-se ... Pedia-se ... a ... se acreditava ... chegaria-se à
(C) tratava-se ... Se pedia ... à ... acreditava-se ... chegaria-se a
(D) se tratava ... Pedia-se ... a ... se acreditava ... se chegaria à
(E) se tratava ... Pedia-se ... a ... acreditava-se ... se chegaria a

11. Em junho deste ano, 1989 pessoas foram atendidas em certa secretaria municipal. Sabendo-se que, no referido mês, o número de atendimentos, nessa secretaria, foi 15% menor que o número de atendimentos realizados no mês imediatamente anterior, o número de pessoas atendidas nessa secretaria no mês de maio foi igual a
- (A) 2190.
 - (B) 2226.
 - (C) 2288.
 - (D) 2302.
 - (E) 2340.
12. Em um concurso público para cargos com graus de escolaridade de ensino médio completo e de ensino superior completo, a razão entre o número de candidatos que se inscreveram com somente o ensino médio completo e o número de candidatos que se inscreveram com o ensino superior completo foi igual a 0,4. No dia da prova, 7000 candidatos compareceram, sendo que foram constatadas as faltas de 8 candidatos com somente o ensino médio completo e de 20 candidatos com o ensino superior completo. Em se tratando dos candidatos inscritos, a diferença entre o número dos que tinham o ensino superior completo e o número dos que tinham somente o ensino médio completo é igual a
- (A) 2998.
 - (B) 3005.
 - (C) 3012.
 - (D) 3019.
 - (E) 3026.
13. Pretende-se dividir um total de R\$ 960,00, sendo R\$ 840,00 em cédulas de R\$ 20,00, e o restante, em cédulas de R\$ 10,00, em envelopes obedecendo aos seguintes critérios: (1) cada envelope deve conter, obrigatoriamente, x cédulas de R\$ 10,00 e y cédulas de R\$ 20,00; (2) o número de envelopes tem que ser o maior possível; e (3) todo o valor de R\$ 960,00 tem que ser distribuído nos envelopes. Nessas condições, o número de cédulas em cada envelope deverá ser igual a
- (A) 5.
 - (B) 6.
 - (C) 7.
 - (D) 8.
 - (E) 9.

14. A média das idades de 24 pessoas é de 46 anos. Ao acrescentar a idade de Carlos, a média das idades das 25 pessoas passa a ser de 45 anos. Se a pessoa mais nova desse grupo tem 20 anos, a diferença entre a idade de Carlos e a idade da pessoa mais nova desse grupo é igual a
- (A) 1 ano.
 - (B) 2 anos.
 - (C) 3 anos.
 - (D) 4 anos.
 - (E) 5 anos.

15. Considere o gráfico a seguir, que contém informações sobre a nacionalidade de um grupo de pessoas.



Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que apresenta uma informação correta.

- (A) Metade do número de pessoas que têm nacionalidade brasileira é homem.
- (B) Menos de um terço do número de mulheres desse grupo tem nacionalidade inglesa.
- (C) Dos homens desse grupo, exatamente 20% são franceses.
- (D) Nesse grupo, há mais mulheres que homens.
- (E) Das pessoas com nacionalidade inglesa, exatamente 25% são mulheres.

16. De um valor V em reais, três quintos foram destinados ao pagamento de uma conta A; um valor R\$ 50,00 menor que a terça parte do que foi destinado ao pagamento da conta A foi destinado ao pagamento de uma conta B; o restante, R\$ 180,00, foi depositado em uma conta corrente. O valor destinado ao pagamento da conta B foi de:
- (A) R\$ 75,00.
 - (B) R\$ 80,00.
 - (C) R\$ 85,00.
 - (D) R\$ 90,00.
 - (E) R\$ 95,00.
17. Um terreno retangular de 8 mil metros quadrados de área tem a diferença entre as medidas dos seus lados igual a 20 metros. A razão entre as medidas do maior e do menor lado desse terreno é igual a
- (A) 1,10.
 - (B) 1,15.
 - (C) 1,20.
 - (D) 1,25.
 - (E) 1,30.
18. Cinco máquinas iguais, trabalhando juntas e em período ininterrupto, produzem certa quantidade de uma peça em 8 horas. Ao completar um quarto da produção, interrompeu-se o trabalho e decidiu-se colocar mais uma máquina em funcionamento, idêntica às anteriores, de modo a diminuir o tempo necessário para a produção daquela quantidade de peças. Reiniciada a produção, as seis máquinas completaram o trabalho. Desprezando-se o tempo em que as máquinas ficaram paradas na interrupção do trabalho, o tempo total utilizado para a produção daquela quantidade de peças foi:
- (A) 7 horas e 15 minutos.
 - (B) 7 horas e 00 minuto.
 - (C) 6 horas e 45 minutos.
 - (D) 6 horas e 30 minutos.
 - (E) 6 horas e 15 minutos.

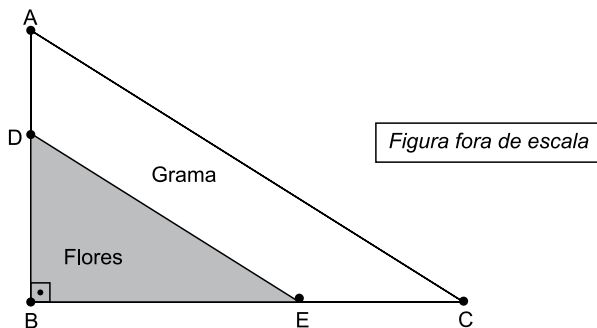
19. Uma revendedora de automóveis trabalha com veículos dos modelos A, B e C. Sabe-se que:

- o valor unitário de revenda do veículo de modelo A corresponde à metade da soma dos valores unitários de revenda dos veículos dos modelos B e C;
- o valor unitário de revenda do veículo de modelo B é o dobro do valor unitário de revenda do veículo de modelo C;
- a soma dos valores unitários de revenda desses três modelos de veículos é igual a R\$ 270 mil.

Dessa forma, o valor unitário de revenda do veículo A, em comparação ao valor unitário de revenda do veículo C, é

- (A) maior em R\$ 30 mil.
 (B) maior em R\$ 20 mil.
 (C) maior em R\$ 10 mil.
 (D) menor em R\$ 20 mil.
 (E) menor em R\$ 30 mil.

20. A figura representa um jardim no formato de triângulo retângulo ABC, reto em B, dividido em duas regiões: uma triangular BDE, com flores variadas, e outra em forma de trapézio ADEC, com grama.



Sabendo que as medidas dos lados DB, BC e AB são, respectivamente, 3, 10 e 7,5 metros, e que a divisória DE das regiões é paralela ao lado AC do jardim, o perímetro, em metros, da região com flores variadas, desse jardim, é igual a

- (A) 10.
 (B) 11.
 (C) 12.
 (D) 13.
 (E) 14.

21. Observe a imagem.



(Veja, 11.06.18. Disponível em: <<https://abr.ai/2tOFFn9>>. Adaptado)

O registro fotográfico, realizado no encontro do G7, que reúne as sete economias mais avançadas do mundo, evidencia o desacordo entre Merkel e Trump acerca

- (A) da relação do Ocidente com a Rússia.
- (B) da participação na guerra civil da Síria.
- (C) da posição em relação à questão Palestina.
- (D) do cenário de guerra comercial entre os países.
- (E) dos vínculos com a China na geopolítica internacional.

22. Tem causado forte polêmica nos Estados Unidos a recente determinação de “tolerância zero” aos imigrantes ilegais na fronteira com o México. As críticas à administração de Donald Trump foram geradas pelo fato de que crianças são separadas de seus pais ou tutores que tentam entrar ilegalmente no país.

(G1, 20.06.18. Disponível em: <<https://goo.gl/7uPeiC>>. Adaptado)

A separação descrita na notícia deve-se

- (A) à tentativa do governo dos EUA de expulsar prioritariamente as crianças e, com isso, impedir a formação de novas gerações de imigrantes clandestinos.
- (B) à obrigatoriedade legal de que todas as crianças que estão em solo norte-americano devem frequentar estabelecimentos escolares.
- (C) à política que estabelece que todo adulto que for pego atravessando a fronteira ilegalmente deve ficar detido, o que não é permitido às crianças.
- (D) à ação das forças de segurança norte-americanas com o objetivo de devolver os adultos aos países de origem, mas preservar o direito das crianças à imigração.
- (E) ao sucesso da política restritiva norte-americana que tem barrado os mais velhos, mas tem permitido a entrada de crianças e adolescentes.

23. A Câmara de Deputados aprovou nesta quinta-feira (14 de junho) um projeto de lei que prevê a legalização do aborto. O projeto passará agora ao Senado. O projeto de lei permite o aborto livre até a 14ª semana de gestação. Atualmente o aborto é permitido apenas em caso de estupro ou risco para a vida da mulher.

(G1, 14.06.18. Disponível em: <<https://goo.gl/wWkSRH>>. Adaptado)

A aprovação mencionada na notícia ocorreu

- (A) no Chile.
- (B) no Uruguai.
- (C) na Bolívia.
- (D) na Argentina.
- (E) no Peru.

24. O projeto de lei que modifica o registro de agrotóxicos foi aprovado essa semana numa comissão da Câmara de Deputados. A discussão se arrasta há meses. A bancada ruralista diz que é preciso modernizar a lei. Opositores dizem que, se a lei for aprovada, produtos que colocam a saúde em risco podem ser liberados.

(G1, 01.07.18. Disponível em: <<https://goo.gl/tFztEs>>. Adaptado)

Entre as mudanças sugeridas pelo projeto, é correto identificar a

- (A) centralização da liberação de novos produtos no Ministério da Agricultura, tirando poder decisório da Anvisa e do Ibama.
- (B) liberação de substâncias comprovadamente cancerígenas e atualmente proibidas para a utilização na agricultura.
- (C) alteração dos procedimentos necessários para a autorização de uso de produtos novos, retirando a exigência de licença prévia.
- (D) substituição do nome oficial “defensivo agrícola” pelo nome “agrotóxico”, com o objetivo de evidenciar a toxicidade dos produtos.
- (E) formação de um gabinete técnico composto por membros do Ministério da Saúde e da Agricultura para a autorização de agrotóxicos.

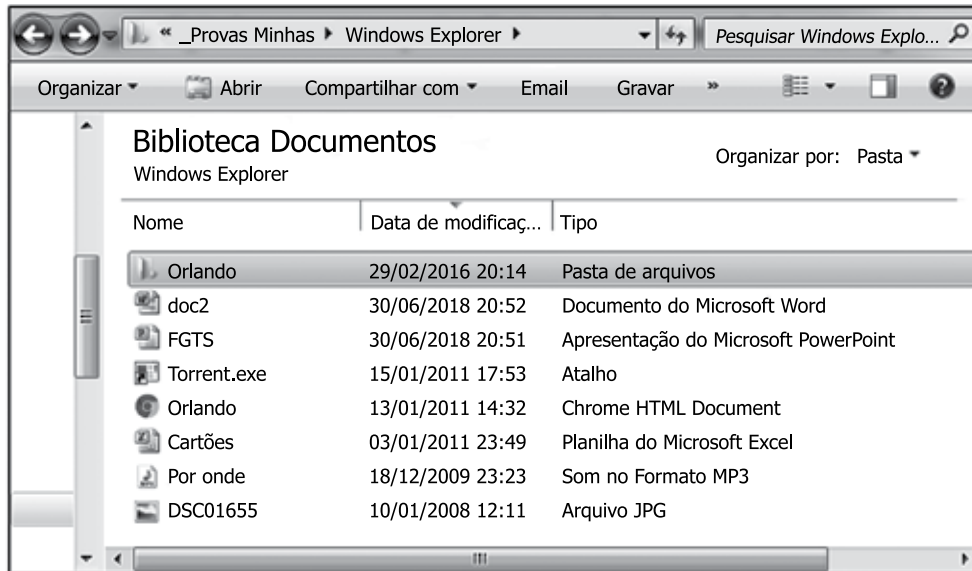
25. O Ministério do Interior da Rússia está avaliando a possibilidade de abrir um inquérito contra torcedores brasileiros que geraram polêmica na Copa do Mundo, num vídeo que difundiram pela internet.

(Jornal do Brasil, 20.06.18. Disponível em: <<https://bit.ly/2Md1R19>>. Adaptado)

Os torcedores brasileiros mencionados na notícia estão sendo acusados de

- (A) racismo.
- (B) sexismo.
- (C) xenofobia.
- (D) homofobia.
- (E) intolerância religiosa.

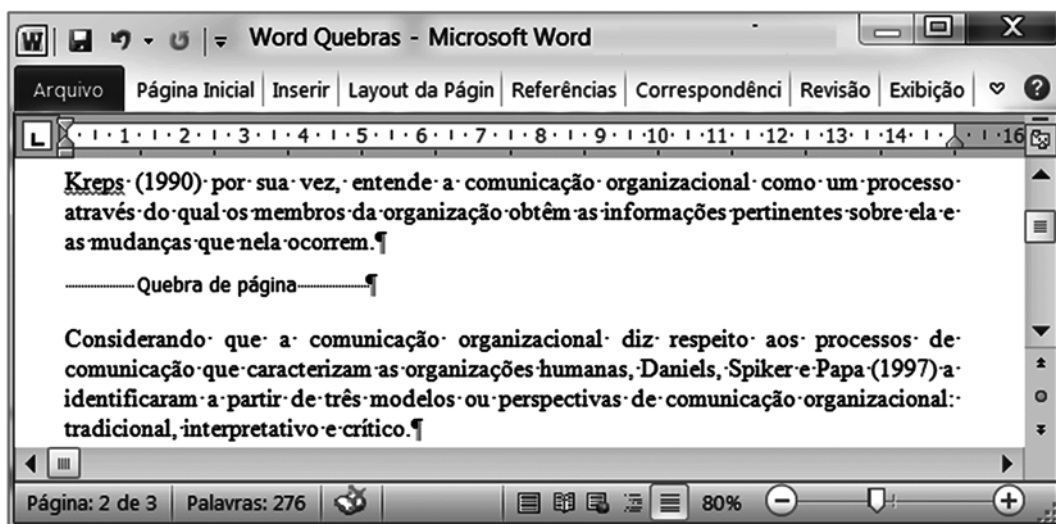
26. Observe a biblioteca Documentos de um computador instalado com o MS-Windows 7, na sua configuração padrão:



O comando de pesquisa tipo: *.pptx digitado no canto superior direito trará como resultado o(s) seguinte(s) objeto(s):

- (A) FGTS
- (B) DSC01655
- (C) doc2
- (D) Cartões
- (E) Orlando

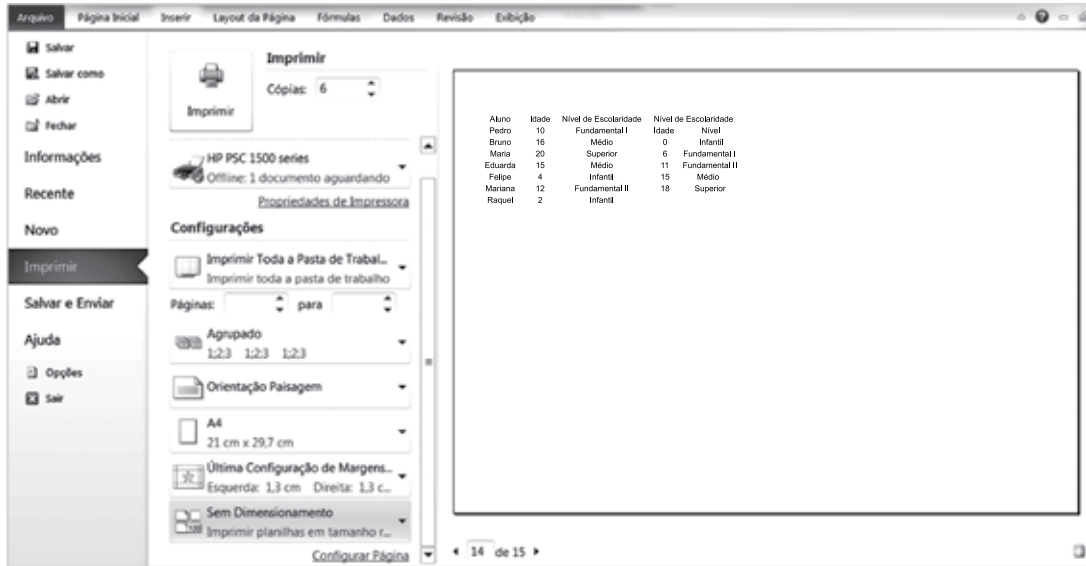
27. Observe o documento do MS-Word 2010, em sua configuração original, com as marcas de parágrafo e outros símbolos de formatação visíveis:



Assinale a alternativa que descreve a quebra aplicada no documento.

- (A) Separa o texto das legendas do corpo de texto.
- (B) Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na mesma página.
- (C) Inicia a próxima página logo após a quebra.
- (D) Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na próxima página com número par.
- (E) Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na próxima página com número ímpar.

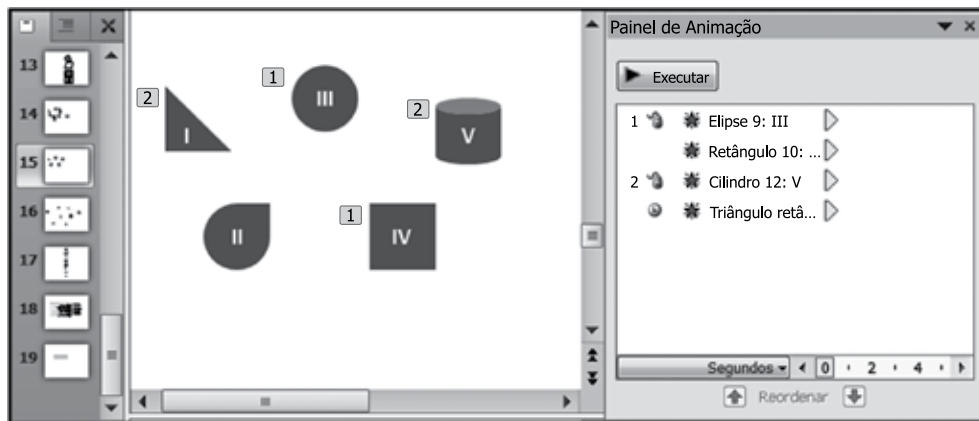
28. Considere o MS-Excel 2010, na sua configuração padrão, em modo de visualização de impressão:



Assinale a alternativa que contém a quantidade de folhas que serão impressas, assumindo que a impressora está alimentada com papel A4 (21 cm x 29,7 cm).

- (A) 1
- (B) 6
- (C) 14
- (D) 15
- (E) 90

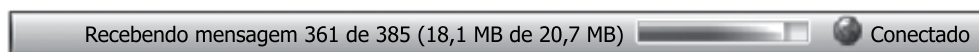
29. Na figura a seguir, é apresentado o slide 15 com cinco figuras numeradas de I a V e o respectivo painel de animação do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original.



Assinale a alternativa que apresenta o número da primeira figura que será exibida quando o slide entrar em modo de apresentação.

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

30. Considere a barra de status do MS-Outlook 2010, na sua configuração padrão:



As 361 mensagens foram armazenadas em:

- (A) Itens recebidos.
- (B) Itens enviados.
- (C) Caixa de saída.
- (D) Caixa de entrada.
- (E) Rascunhos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Segundo o Código Tributário Nacional, pode ser considerada como tributo:

- (A) a prestação pecuniária facultativa, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei ou decreto e cobrada mediante atividade administrativa discricionária.
- (B) a prestação pecuniária obrigatória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (C) a prestação pecuniária obrigatória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei ou decreto e cobrada mediante atividade administrativa discricionária.
- (D) a prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade legislativa plenamente vinculada.
- (E) a prestação pecuniária facultativa, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

32. A obrigação tributária tem sempre dois polos: de um lado, o sujeito ativo; de outro, o sujeito passivo. A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) o sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito privado, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- (B) o sujeito passivo é a pessoa física que se submete ao pagamento da penalidade pecuniária, enquanto o sujeito ativo é o titular da obrigação principal de pagamento de tributo.
- (C) o sujeito ativo da obrigação principal é chamado de contribuinte, quando, sem revestir a condição de sujeito passivo, sua obrigação decorre de disposição expressa de lei.
- (D) o contribuinte é o sujeito passivo que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (E) as convenções particulares, relativas à sujeição ao pagamento de tributos, devem ser observadas literalmente pela Fazenda Pública.

33. A Câmara do Município X, por iniciativa dos próprios vereadores e sem consulta ao Poder Executivo ou realização de estimativas relativas à renúncia de receitas, aprovou projeto de lei com matérias diversas, entre elas a previsão de anistia do valor principal e dos juros de impostos municipais devidos por contribuintes estabelecidos no Município e o parcelamento das multas tributárias aplicadas. No prazo para a sanção, o Prefeito do Município X vetou a previsão de anistia sob a alegação de que se trataria de aprovação contrária à legislação nacional. Nessa situação, é correto afirmar que a conduta do Prefeito foi

- (A) incorreta, pois a lei foi devidamente aprovada pela Câmara, respeitando ao processo legislativo, e, como a vigência da lei deverá respeitar ao princípio da anterioridade, não deverá ter impactos sobre o orçamento municipal.
- (B) correta, considerando-se que a anistia do valor do principal de tributos apenas pode ser aprovada mediante previsão específica incluída em lei complementar, com prazo de validade anual.
- (C) correta, considerando-se que, para a exclusão do valor referente ao valor principal dos impostos, o correto seria a aprovação de remissão e não de anistia.
- (D) correta, considerando-se que a anistia de tributos equivale, para fins tributários, a um caso de não incidência, e que o parcelamento apenas poderia ser definido em lei específica, nunca em uma lei genérica.
- (E) incorreta, considerando-se que remissão, anistia, parcelamento e isenção são hipóteses de suspensão do crédito tributário e que, em caso de rompimento das condições previstas para cumprimento pelos contribuintes, o Município poderia cobrar normalmente os tributos.

34. O crédito tributário é privilegiado em relação à maior parte dos créditos. Isso ocorre em virtude do interesse público relacionado à cobrança de tributos, a justificar a sua prioridade de recebimento. A esse respeito, é correto afirmar, com base no Código Tributário Nacional (CTN), que

- (A) as garantias enumeradas no CTN excluem quaisquer outras, sendo previstas *numerus clausus*.
- (B) se presume fraudulenta a alienação de bens por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente lançado, ainda que não inscrito em dívida ativa.
- (C) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição.
- (D) na falência, o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais.
- (E) a natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

35. Sem prejuízo das garantias asseguradas ao contribuinte, é permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios
- (A) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
 - (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
 - (C) atribuir mediante lei a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
 - (D) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
 - (E) conceder subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão mediante lei geral.

DIREITO CIVIL

36. Assinale a alternativa correta em relação às pessoas jurídicas, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.
- (A) Em regra, o município não é civilmente responsável pelos danos que seus agentes causarem a terceiro, agindo com culpa ou dolo.
 - (B) Os bens dos sócios de uma pessoa jurídica podem ser atingidos, para honrar obrigações desta, em caso de confusão entre o patrimônio dos sócios e o da pessoa jurídica.
 - (C) As fundações são, em regra, pessoas jurídicas de direito público interno.
 - (D) Os partidos políticos, em razão de sua natureza, não são considerados pessoas jurídicas.
 - (E) Os municípios são pessoas jurídicas de direito público externo.

37. Assinale a alternativa correta sobre a fraude contra credores.
- (A) Constitui pressuposto da fraude contra credores que a transmissão do bem tenha sido realizada mediante contraprestação.
 - (B) Presume-se válida e de boa-fé, em relação aos demais credores, a garantia de dívida que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.
 - (C) Anulado o negócio tido por fraudulento, a vantagem resultante reverterá em proveito daquele credor que pleiteou a anulação.
 - (D) Pelo princípio da anterioridade do crédito, apenas aqueles que já eram credores ao tempo do negócio fraudulento podem requerer sua anulação.
 - (E) A remissão de dívida constitui prerrogativa de qualquer pessoa, razão pela qual, se realizada pelo devedor, não pode gerar as consequências do instituto da fraude contra credores.
38. Os institutos da decadência e da prescrição estão relacionados
- (A) à extinção dos direitos pela influência do tempo.
 - (B) à capacidade para o exercício dos atos da vida civil.
 - (C) aos direitos da personalidade.
 - (D) à possibilidade de anulação ou declaração de nulidade dos negócios jurídicos.
 - (E) à sucessão de bens e direitos.
39. Assinale a alternativa correta sobre a mora, no contexto do inadimplemento das obrigações.
- (A) O devedor em mora, em regra, não responde pela impossibilidade da prestação, se esta decorreu de caso fortuito ocorrido durante o atraso.
 - (B) Purga-se a mora, por parte do devedor, oferecendo este o valor nominal da prestação, ainda que sem os encargos decorrentes da mora.
 - (C) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial, ao ofensor.
 - (D) Não havendo termo para cumprimento da obrigação, a mora se constitui exclusivamente pela via judicial.
 - (E) O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.

40. Assinale a alternativa correta sobre a compensação, no contexto do adimplemento e extinção das obrigações.
- (A) A diferença de causa nas dívidas, em regra, impede a compensação.
 - (B) É nula a cláusula contratual que exclua a possibilidade de compensação.
 - (C) É lícito ao fiador compensar sua dívida em relação ao credor, com a dívida que tal credor tem em relação ao afiançado.
 - (D) Ocorrendo a cessão de determinado crédito a terceiro, sem oposição pelo devedor devidamente notificado sobre a cessão, este poderá opor ao cessionário a compensação que, antes da cessão, poderia opor ao cedente.
 - (E) Em regra, duas dívidas que não são pagáveis no mesmo lugar não podem ser compensadas.

DIREITO EMPRESARIAL

41. Em relação ao empresário, é correto afirmar que
- (A) o empresário casado não pode, sem a outorga conjugal, salvo se no regime da separação total de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
 - (B) o sócio incapaz poderá exercer a administração da sociedade, desde que obedecidas as formalidades legais.
 - (C) se faculta aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, independentemente do regime de bens no casamento adotado.
 - (D) caso venha a admitir sócios, o empresário individual poderá solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para registro de sociedade empresária, desde que transcorridos dois anos do início de suas atividades.
 - (E) poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

42. O Código Civil considera como estabelecimento todo complexo de bens organizado, para o exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária. Em relação ao estabelecimento empresarial, assinale a alternativa correta.

- (A) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de dois anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
 - (B) Salvo disposição em contrário, a transferência não importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em cento e oitenta dias a contar da lavratura do ato, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.
 - (C) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.
 - (D) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso e inequívoco, em noventa dias a partir de sua notificação.
 - (E) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos três anos subsequentes à transferência, não se aplicando tal proibição no caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento.
43. O nome empresarial é extremamente relevante para o exercício da empresa. Em relação ao nome empresarial, estabelece a legislação em vigor:
- (A) a sociedade em conta de participação poderá utilizar de firma ou denominação, acrescida da expressão "sociedade em conta de participação".
 - (B) o nome de sócio que vier a falecer poderá ser conservado na firma social, sendo utilizado pelo sucessor ou herdeiro.
 - (C) pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou por sua abreviatura, sendo que a firma será composta obrigatoriamente com o nome de todos os sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social.
 - (D) o nome empresarial pode ser objeto de alienação, por ato "inter vivos" ou "causa mortis".
 - (E) equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.

44. Em relação à administração da sociedade limitada, é correto afirmar que

- (A) a designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da maioria dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois quintos, no mínimo, após a integralização.
- (B) o exercício do cargo de administrador cessa pela destituição, em qualquer tempo, do titular, ou pelo término do prazo se, fixado no contrato ou em ato separado, não houver recondução.
- (C) a renúncia de administrador torna-se eficaz, em relação à sociedade, após a averbação e publicação; e, em relação a terceiros, desde o momento em que estes tomam conhecimento da comunicação escrita do renunciante.
- (D) o administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante o registro do termo de posse no livro de atas da administração, sendo que, se o termo não for registrado nos quinze dias seguintes à designação, este se tornará sem efeito.
- (E) a cessação do exercício do cargo de administrador deve ser matriculada e inscrita no registro competente, mediante requerimento apresentado nos trinta dias seguintes ao da ocorrência.

45. Em relação à dissolução das sociedades,

- (A) dissolve-se a sociedade quando ocorrer a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de noventa dias.
- (B) o contrato pode prever outras causas de dissolução, a serem verificadas judicialmente quando contestadas.
- (C) se não estiver designado no contrato social, o liquidante será eleito por deliberação da maioria dos sócios, não podendo a escolha recair em pessoa estranha à sociedade.
- (D) a sociedade pode ser dissolvida judicialmente, quando exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade, desde que seja requerida pela maioria dos sócios.
- (E) ocorrida a dissolução, cumpre aos administradores providenciar, no prazo de noventa dias, a investidura do liquidante e restringir a gestão própria aos negócios inadiáveis, permitidas novas operações, pelas quais responderão solidária e ilimitadamente.

46. Conforme as normas que regem as pessoas jurídicas da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta sobre as características comuns das Sociedades de Economia Mista e das Empresas Públicas.

- (A) São pessoas jurídicas de direito público, e seus empregados são contratados por concurso público.
- (B) Têm por objeto a prestação de serviço público, e seus servidores possuem regime estatutário.
- (C) São pessoas jurídicas de direito privado e não se sujeitam à falência.
- (D) Têm por objeto a exploração de atividade econômica e são pessoas jurídicas paraestatais.
- (E) Sua criação é autorizada por lei e sujeitam-se à falência.

47. Assinale a alternativa correta a respeito dos atos administrativos.

- (A) Entre os vários tipos de atos administrativos típicos, incluem-se os atos de execução da Administração Pública, também denominados de fatos administrativos.
- (B) A presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos, a autoexecutoriedade, a tipicidade e a imperatividade são atributos dos atos administrativos.
- (C) São passíveis de delegação os atos administrativos em geral, como a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.
- (D) Diferentemente do direito privado, em que se aplica a formalidade estrita, a regra na Administração Pública é a liberdade das formas.
- (E) De acordo com os princípios aplicáveis aos atos administrativos, a Administração tem o ônus de provar que seus atos são legais e que a situação que gerou a necessidade de sua prática realmente existiu.

48. Na hipótese de ter sido efetivada a desapropriação de um imóvel de um particular pelo Município, e incorporado o bem ao patrimônio público, mas depois se descobrir alguma nulidade no processo expropriatório, é correto afirmar que

- (A) o Município perde o direito ao imóvel, que deverá ir a leilão judicial.
- (B) o proprietário anterior nada mais poderá fazer.
- (C) a Administração deve invalidar o ato e devolver o imóvel ao particular.
- (D) o antigo proprietário terá o direito de receber duas vezes o valor do imóvel.
- (E) a questão deverá ser resolvida em eventual ação judicial de perdas e danos.

49. Tendo em vista o disposto, expressamente, na Lei nº 8.666/93, as compras da Administração Pública, sempre que possível, deverão
- (A) ser submetidas às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.
 - (B) atender ao princípio da liberdade da contratação.
 - (C) ser efetivadas pela contratação direta, por dispensa e inexigibilidade de licitação.
 - (D) evitar ser subdivididas em parcelas, para obter os melhores preços possíveis.
 - (E) observar a especificação completa do bem a ser adquirido com indicação da marca.
50. No tocante à renúncia de receita pública, a Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que
- (A) é decisão a ser tomada pelo administrador, por seu livre convencimento, quando beneficiar todos os contribuintes de forma igualitária.
 - (B) deve estar acompanhada de medidas de compensação, vedada a majoração de alíquotas tributárias para essa finalidade.
 - (C) a anistia, a remissão, o subsídio e o crédito presumido estão excluídos das hipóteses legais consideradas como renúncia de receita.
 - (D) a concessão de incentivo de natureza tributária que implique em renúncia de receita pode ser compensada com a criação de outro tributo, atendidas as exigências legais.
 - (E) a ampliação de benefício a contribuinte, mesmo que não implique em renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.
51. Nos termos da Constituição Federal, os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:
- (A) um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; e dois terços pelo Congresso Nacional.
 - (B) dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; e um terço pelo Congresso Nacional.
 - (C) um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; e dois terços pelo Senado Federal.
 - (D) dois terços pelo Presidente da República, com aprovação da Câmara dos Deputados, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; e um terço pelo Senado Federal.
 - (E) um terço pelo Presidente da República com aprovação da Câmara dos Deputados, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; e dois terços pelo Senado Federal.
52. A Constituição Federal estabelece que compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas. E continua prescrevendo que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico **não**
- (A) poderão incidir uma única vez, em nenhuma hipótese.
 - (B) incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
 - (C) poderão ter alíquotas *ad valorem*, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro.
 - (D) poderão ter alíquotas específicas, tendo por base a unidade de medida adotada.
 - (E) incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.

- 53.** O crime de falsidade ideológica do art. 299 do Código Penal tem a pena aumentada em um sexto se
- (A) causa prejuízo ao erário público.
 - (B) ludibria autoridade pública no exercício da função.
 - (C) cometido em concurso de 2 ou mais funcionários públicos.
 - (D) do fato advém vantagem indevida para o agente ou outrem.
 - (E) o agente é funcionário público e comete o crime pre-
valecendo-se do cargo.
- 54.** O uso de documento falso
- (A) só é punido quando a falsificação é material, excluída a falsidade ideológica.
 - (B) só se caracteriza perante órgãos públicos, e, portanto, não é típica a conduta de usar documento particular falsificado.
 - (C) é crime que tem a mesma pena cominada à respectiva falsificação ou alteração.
 - (D) é conduta atípica no Código Penal, pois pune-se quem pratica a falsidade, e não quem utiliza o resultado da falsificação.
 - (E) é crime não previsto no Código Penal, uma vez que, por orientação doutrinária, sempre existe a possibilidade de conferência posterior do documento.
- 55.** Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei
- (A) é crime contra a Administração Pública, estabelecido no art. 315 do Código Penal.
 - (B) é crime de abuso de autoridade, estabelecido no art. 3º da Lei nº 4.898/65.
 - (C) é crime contra a ordem tributária, estabelecido no art. 1º da Lei nº 8.137/90.
 - (D) embora não seja crime, sujeita o agente a perda do mandato, nos termos da Lei nº 8.429/92.
 - (E) embora não seja crime, sujeita o agente a ação de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92.

- 56.** Na aplicação da legislação tributária, são admissíveis quaisquer métodos ou processos de interpretação, observado o disposto na Lei Municipal nº 1.802/1969. Nesse sentido, interpreta-se esta lei de maneira mais favorável ao infrator, no que respeita à definição de infrações e à cominação de penalidades, nos casos de dúvida quanto à
- (A) suspensão de crédito tributário.
 - (B) outorga de isenção.
 - (C) capitulação legal do fato.
 - (D) dispensa de cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
 - (E) exclusão de crédito tributário.
- 57.** A respeito do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo, a Lei Municipal nº 6.324/2013 estabelece que
- (A) a progressividade do IPTU será representada pela duplicação das alíquotas do imposto até o limite de três operações sucessivas e cumulativas.
 - (B) a duplicação que resultar em alíquotas superiores a quinze por cento será desconsiderada, fixando-se este percentual como limite para incidência sobre os valores venais.
 - (C) se atingido o limite da progressividade, antes de completados três exercícios fiscais, a alíquota máxima do IPTU será aplicada nos exercícios fiscais posteriores, até que seja cumprida a obrigação.
 - (D) a progressividade será aplicada a partir do segundo exercício fiscal posterior à constatação de que a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não foi cumprida.
 - (E) caso a obrigação de parcelar, edificar e utilizar não esteja atendida no prazo de três anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, podendo o proprietário ter o imóvel desapropriado.

58. Ícaro, contribuinte do Município de São Bernardo do Campo, ingressou com requerimento neste ano, solicitando a isenção da taxa de coleta de lixo de 2018 relativa a imóvel de sua propriedade, bem como a restituição do valor que pagou do ano de 2017. Todavia, não comprovou as condições legais exigidas para obtenção do benefício, embora a Administração tenha condições de apurá-las diretamente por meio de seus órgãos internos.

Nessa situação, atendidas demais exigências legais e regulamentares, considerando o disposto na Lei Municipal nº 6.594/2017, é correto afirmar que Ícaro

- (A) terá direito ao benefício da isenção da taxa de coleta de lixo do ano de 2018, mas não terá direito à restituição do valor pago no ano de 2017.
- (B) não terá direito ao benefício da isenção, pois a taxa de coleta de lixo não está contemplada na Lei como tributo passível desse benefício.
- (C) terá direito ao benefício da isenção da taxa de coleta de lixo do ano de 2018 e também à restituição do valor pago no ano de 2017.
- (D) não terá direito ao benefício, uma vez que a Lei não prevê que a Administração apure diretamente as condições legais exigidas ao contribuinte.
- (E) terá direito à restituição do valor pago em 2017, mas não terá direito à isenção da taxa de coleta de lixo de 2018, pois o benefício se aplica para o exercício anterior ao requerimento.

59. Nos moldes do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na hipótese de a Administração Municipal não poder aferir o preço do serviço prestado, que deveria servir de base para a cobrança do ISSQN, em razão do extravio dos respectivos documentos fiscais por parte do contribuinte, o Decreto Municipal nº 17.419/2011 estabelece, sem prejuízo das penalidades cabíveis, que

- (A) o contribuinte deverá comprovar o preço do serviço por outros meios de prova.
- (B) o valor do imposto terá por base o valor recolhido no mês anterior, fazendo-se a correspondente proporção.
- (C) a Administração aplicará multa de duas vezes o valor pago de imposto pelo contribuinte no mês anterior.
- (D) o valor será apurado e determinado pelo Poder Judiciário.
- (E) o preço do serviço poderá ser arbitrado pela Administração Tributária.

60. A respeito da responsabilidade do funcionário público do Município de São Bernardo do Campo, a Lei nº 1.729/1968 dispõe que

- (A) o funcionário é responsável por todos os prejuízos que causar à Fazenda Municipal, em virtude de ação ou omissão independentemente de dolo ou culpa.
- (B) nos casos de indenização à Fazenda Municipal, o funcionário será obrigado a repor, de uma só vez ou parceladamente, a importância decorrente de qualquer tipo de prejuízo causado.
- (C) o funcionário que tiver que indenizar a Administração poderá optar pelo desconto do valor em seus vencimentos, até terça parte do total que o funcionário tiver de receber feitos os descontos legais.
- (D) se tratando de dano causado a terceiro, o desconto se fará depois de transitada em julgado a decisão que houver condenado o Município a indenizar o terceiro prejudicado.
- (E) optando o funcionário pelo ressarcimento integral e voluntário dos prejuízos causados à Administração, ficará isento de responder pelo mesmo ato nas demais esferas de responsabilidade.

